

Índice

CAPÍTULO 50

PROCESSO E PROCEDIMENTO

1. Processo. Noções gerais.....	19
2. Sua natureza jurídica. Teorias do contrato e do quase contrato	20
3. Teoria da relação jurídica.....	21
4. Outras teorias.....	23
5. A teoria dominante	24
6. Sujeitos da relação processual	24
7. Objeto da relação jurídico-processual.....	24
8. Autonomia da relação processual	25
9. Caracteres	25
10. Pressupostos processuais	26
11. Início e fim do processo.....	27

CAPÍTULO 51

DOS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. O processo como sucessão de atos e como relação jurídica	29
2. Pressupostos processuais	30
3. A teoria dos pressupostos como requisitos para a válida formação do processo.....	30
4. A teoria dos pressupostos de existência e de validade.....	31
5. Os pressupostos de existência.....	33
6. Os pressupostos de validade	33



FORMAS PROCEDIMENTAIS

1. Conceito de procedimento	39
2. Processo e procedimento	40
3. As alterações introduzidas no Processo Penal	43
4. Formas procedimentais	46
5. Procedimento na hipótese de foro pela prerrogativa de função	46
6. Observações indispensáveis para a análise dos procedimentos quando se tratar de foro sem prerrogativa de função	62
7. Regras gerais aplicáveis a todos os procedimentos de primeiro grau, pouco importando se comum ou especial, se previsto ou não no CPP	64
8. Rejeição da denúncia ou queixa.....	64
9. Procedimento ordinário.....	74
10. Prazo para a conclusão da instrução	90
11. Procedimento sumário	91
12. Suspensão condicional do processo	93
13. Infrações de menor potencial ofensivo. A transação.....	112
14. Os crimes previstos no art. 14 da Lei n. 7.505/86, arts. 39 e 40 da Lei n. 8.313/91 e art. 10 da Lei n. 8.685/93	128
15. Procedimento sumariíssimo	129
16. Crimes da competência do Tribunal do Júri.....	131
17. Procedimento	148
18. Impronúncia. Absolvição sumária e desclassificação.....	149
19. Pronúncia. Efeitos.....	155
20. Questionário. Ordem dos quesitos	216
21. Exemplos de quesitação.....	224
22. A sentença	236
23. Súmula do procedimento do Júri	245
24. Modelo de sentença absolutória.....	247
25. Modelo de sentença condenatória.....	248
26. Modelo de sentença, em caso de desclassificação	250

**PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS NO
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

1. Crimes de responsabilidade de funcionários públicos	255
--	-----



2. Crimes contra a honra.....	261
3. Do processo e do julgamento dos crimes contra a propriedade imaterial.	274
4. Particularidades da fase pré-processual	277

CAPÍTULO 54

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O procedimento dos processos por crimes falimentares	285
2. Críticas e sugestões à nova Lei de Falências	291
3. Crimes de imprensa	295
4. Crimes eleitorais	295
5. Entorpecentes.....	299
6. Crimes contra a fauna e a flora	302
7. Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.....	303
8. Crimes de abuso de autoridade	303
9. Crimes contra a economia popular	305
10. O Júri de economia popular (extinto)	306
11. Crimes de responsabilidade de Prefeitos	311
12. Crimes da Lei das Licitações.....	312

CAPÍTULO 55

PROCEDIMENTO DAS CONTRAVENÇÕES

1. Preliminares	313
2. O procedimento comum para as contravenções segundo o CPP....	314
3. O procedimento especial.....	315
4. Pode qualquer do povo provocar a iniciativa do Promotor na contravenção do jogo do bicho? E se o Promotor requerer o arquivamento das informações?.....	316
5. O procedimento das contravenções eleitorais. Observações	317

CAPÍTULO 56

DA SENTENÇA — I

1. Tripartição dos Poderes.....	319
2. Atos judiciais em sentido lato e sua classificação	320

3. Jurisdição voluntária.....	322
4. Atos anômalos	323
5. Atos jurisdicionais	324
6. Os atos jurisdicionais penais.....	325
7. Classificação dos atos jurisdicionais segundo o órgão do qual promanam	328
8. Sentenças executáveis, não executáveis e condicionais	329
9. Sentenças simples e subjetivamente complexas.....	329
10. Conceito de sentença	330
11. Estrutura lógica.....	331
12. Natureza jurídica.....	332
13. Função da sentença.....	333
14. Requisitos da sentença.....	336
15. Clareza e precisão da sentença penal.....	340
16. <i>Jura novit curia</i>	341
17. <i>A mutatio libelli</i>	343
18. Conceito de “elemento” e “circunstância”.....	344
19. O procedimento a ser observado na hipótese do art. 384 e pará- grafos do CPP.....	346

CAPÍTULO 57

DA SENTENÇA — II

1. Publicação da sentença	349
2. Efeito da publicação	351
3. Intimação da sentença.....	352
4. Sentença penal absolutória.....	355
5. Efeitos da sentença penal absolutória	356
6. Sentença penal condenatória.....	358
7. O problema da aplicação da pena	359
8. Efeitos da sentença penal condenatória	369

CAPÍTULO 58

DA COISA JULGADA

1. Coisa julgada	377
2. Fundamento político da coisa julgada.....	379

3. Natureza jurídica.....	380
4. Limites objetivos da coisa julgada.....	384
5. Limites subjetivos da coisa julgada.....	385

CAPÍTULO 59

DOS RECURSOS

1. Conceito. Generalidades.....	389
2. Fundamento.....	392
3. Pressupostos lógico e fundamental.....	393
4. Classificação da sucumbência.....	394
5. Pressupostos recursais objetivos.....	398
6. Pressupostos subjetivos.....	408
7. Juízo de admissibilidade.....	409
8. Extinção normal e anormal dos recursos.....	410
9. Classificação dos recursos.....	411
10. Recursos voluntário e necessário.....	412
11. Efeitos dos recursos.....	415

CAPÍTULO 60

DO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

1. A variedade de recursos em matéria processual penal.....	423
2. O recurso em sentido estrito.....	425
3. A enumeração feita pelo art. 581 é taxativa?.....	426
4. Forma e prazo de interposição.....	427
5. O recurso em sentido estrito sobe nos próprios autos ou em separado?.....	428
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	429
7. O Juiz pode retratar-se? Retratando-se o Juiz, poderá a parte contrária recorrer?.....	430
8. A quem é endereçado o recurso em sentido estrito?.....	432
9. O recurso em sentido estrito será sempre endereçado ao Tribunal de Justiça?.....	433
10. As decisões que comportam recurso em sentido estrito.....	434
11. O recurso por termo nos autos.....	445
12. Efeitos.....	445

CAPÍTULO 61
DA APELAÇÃO

1. Noções	449
2. Quais as decisões que comportam o recurso de apelação?	451
3. Toda sentença condenatória ou absolutória é apelável?	454
4. Forma de interposição.....	455
5. Se o Juiz denegar o recurso de apelo, que providência poderá ser tomada?.....	455
6. Prazo para as razões e contrarrazões.....	456
7. Podem ser juntados documentos nas razões ou contrarrazões?.....	456
8. Pode o apelante apresentar suas razões na superior instância?	457
9. A quem é endereçado o recurso de apelo?.....	460
10. Apelação plena e limitada.....	460
11. Prazo para a remessa dos autos à superior instância.....	462
12. Pressupostos do recurso de apelo.....	463
13. Prazo para a apelação	463
14. Extinção anormal da apelação	468
15. Em qualquer apelação, o juízo <i>ad quem</i> funciona sempre como <i>judicium rescindens</i> ?.....	470
16. A apelação sobe nos próprios autos?	475
17. Absorção do recurso em sentido estrito	475
18. O prazo para o assistente apelar.....	476
19. Prazo para o Ministério Público apelar.....	480
20. Apelação sumária e ordinária	481
21. Efeitos do recurso de apelação	482
22. A apelação do assistente tem efeito suspensivo?	484
23. A <i>reformatio in pejus</i>	484
24. <i>Reformatio in melius</i>	496

CAPÍTULO 62
DO PROTESTO POR NOVO JÚRI

1. Noções	503
2. O protesto é recurso exclusivo da Defesa	504
3. Quando cabe o protesto	504

4. Se a pena for aumentada em grau de recurso, caberá o protesto?	505
5. Poderá a Defesa protestar e apelar?	508
6. Quantas vezes poderá o réu protestar por novo Júri?.....	509
7. Realizado o segundo julgamento, poderá o Tribunal do Júri impor pena superior àquela imposta no primeiro?	510
8. Razão histórica do protesto.....	510
9. Se o Juiz não receber o protesto, que providência poderá ser tomada?.....	512
10. Poderá o jurado que participou do julgamento anterior fazer parte do Conselho de Sentença no segundo julgamento?.....	513
11. Não realização do Júri	514
12. A abolição do protesto.....	515

CAPÍTULO 63

DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE

1. Considerações preliminares	519
2. Os embargos infringentes e os de nulidade.....	521
3. Prazo para a sua interposição e o respectivo procedimento	522
4. Os embargos infringentes e de nulidade são oponíveis contra toda decisão de segunda instância?.....	523
5. Os embargos na Suprema Corte.....	526
6. A particularidade que apresentam os embargos infringentes na Justiça Militar	528
7. Para o réu opor embargos infringentes e de nulidade deverá recolher-se à prisão?.....	529
8. Embargos no STJ.....	529

CAPÍTULO 64

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

1. Generalidades	533
2. Quando podem ser opostos	534
3. A quem são dirigidos. Prazo.....	534
4. Pressupostos.....	535
5. Procedimento	535

6. Cabe recurso do despacho do Relator que indefere liminarmente o requerimento?	535
7. Extensão dos embargos declaratórios	537
8. Quem pode interpô-los.....	538
9. Quem os julga.....	538
10. Os embargos na inferior instância.....	538
11. Retratabilidade.....	539
12. Suspende o prazo de outro recurso?	539
13. Embargos de declaração opostos aos embargos de declaração	540

CAPÍTULO 65

DA CARTA TESTEMUNHÁVEL

1. A carta testemunhável é recurso?.....	541
2. Quando cabe?	541
3. E se o recurso denegado for o extraordinário?.....	544
4. A denegação de outros recursos.....	544
5. A quem é requerida a carta testemunhável?.....	545
6. Procedimento	545
7. A entrega do recibo pelo escrivão.....	546
8. A carta tem efeito suspensivo?	546
9. Procedimento na superior instância	546
10. Por que a denominação “carta testemunhável”?	546
11. Como se conta o prazo do art. 640 do CPP	548

CAPÍTULO 66

DA CORREIÇÃO PARCIAL

1. Generalidades	551
2. Cabimento.....	551
3. Admite-se a correção no processo civil?	553
4. Origem da correção	553
5. Surgimento da correção no Estado de São Paulo. Órgão competente para apreciá-la.....	553
6. É inconstitucional?.....	554

7. É um recurso?	555
8. A correição, no Estado de São Paulo	555
9. Procedimento	556

CAPÍTULO 67

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1. Noções gerais.....	559
2. Recurso extraordinário: conceito, razão de ser	560
3. A denominação “extraordinário”	562
4. Outras funções do STF	562
5. Quando é cabível o recurso extraordinário?.....	563
6. Legitimidade	568
7. Procedimento	569
7-A. Preparo	569
8. Denegação. Recurso oponível	573
9. Procedimento no juízo <i>ad quem</i>	574
10. O prequestionamento	575
11. Súmulas do STF em matéria criminal.....	577

CAPÍTULO 68

RECURSO ESPECIAL

1. Cabimento.....	587
2. Procedimento	589
2-A. Cabe recurso especial contra decisão de Turma Recursal?	590
3. O problema da relevante questão federal	592
4. Finalidade do recurso especial.....	594
5. A exigência de esgotamento das vias ordinárias.....	594
6. Interposição simultânea dos recursos extraordinário e especial.....	595
7. Denegação do recurso especial. Providência	596
8. Efeitos do recurso especial	597
9. O prequestionamento	598
10. Súmulas do STJ em matéria criminal	598
11. Súmulas do extinto TFR em matéria criminal	605



DOS AGRAVOS NO PROCESSO PENAL

1. Histórico	607
2. Agravo de instrumento.....	610
3. Agravo em execução.....	613
4. Agravo regimental	616
5. Recurso inominado	616

RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL

1. Os três tipos de recurso ordinário constitucional.....	617
2. O recurso criminal ordinário constitucional previsto no art. 102, II, <i>b</i> , da Lei Básica.....	618
3. Providência contra a denegação do recurso criminal ordinário constitucional.....	622
4. O outro tipo: recurso ordinário constitucional	622
5. Procedimento do recurso ordinário constitucional para o STF	622
6. Recurso ordinário constitucional para o STJ. Procedimento.....	624

“HABEAS CORPUS”

1. Histórico. O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	629
2. A entrada do <i>habeas corpus</i> em texto constitucional brasileiro. A doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	633
3. A reforma constitucional de 1926 e as demais Constituições até a atual	639
4. Natureza jurídica do <i>habeas corpus</i>	640
5. O <i>habeas corpus</i> como verdadeira ação.....	641
6. Quem pode impetrar	643
7. Relaxamento da prisão.....	645
8. O constrangimento.....	646
9. O recurso <i>ex officio</i>	646
10. Competência originária.....	647

10-A. E se o órgão coator for a Turma de Recursos de que trata a Lei dos Juizados Especiais Criminais?.....	656
11. Competência recursal.....	658
12. Concessão e denegação de <i>habeas corpus</i>	659
13. O <i>habeas corpus</i> na Justiça Militar.....	660
14. Casos especiais.....	660
15. Observações.....	661
16. O órgão competente dos Tribunais para julgar.....	662
17. Quando o constrangimento é ilegal.....	662
18. Salvo-conduto.....	668
19. O <i>habeas corpus</i> tranca o processo?.....	668
20. Apresentação do paciente.....	670
21. Sanções.....	670
22. Pedido de informações.....	671
23. Intervenção do Ministério Público.....	671
24. Como pode ser impetrada a ordem de <i>habeas corpus</i>	671
25. Concessão.....	672
26. Liminar em <i>habeas corpus</i>	673
26-A. Cabe <i>habeas corpus</i> para julgar indeferimento de liminar?.....	674
27. Extensão.....	677
28. Reiteração.....	677
29. Recursos extraordinário e especial.....	678
30. Não cabimento de <i>habeas corpus</i>	679
31. Ato de particular.....	681
32. Problemas especiais.....	682
33. Mandado de segurança.....	683

CAPÍTULO 72

DA REVISÃO

1. Observações preliminares.....	687
2. O erro judiciário e a coisa julgada.....	690
3. A revisão <i>pro societate</i>	692
4. A revisão criminal no Brasil.....	694
5. Natureza jurídica.....	695

6. Pressuposto primordial da revisão	698
7. Oportunidade	699
8. Legitimidade	699
9. O Ministério Público poderá requerer a revisão?.....	702
10. A revisão e a decisão do Júri	704
11. Competência	706
12. Os fundamentos do pedido	708
13. Extinção da punibilidade	711
14. Unificação de penas	713
15. Pode o Tribunal conceder mais do que lhe foi pedido?	714
16. O condenado precisa recolher-se à cadeia?.....	715
17. Conversão em diligência.....	715
18. A regra dos arts. 621 e 626.....	716
19. Absolvição e revisão.....	716
20. Prazo.....	717
21. O pedido	717
22. Procedimento	718
23. Julgamento.....	719
24. Improcedência.....	720
25. Procedência.....	720
26. Consequências	721
27. Anulado o processo, poderá ser aumentada a pena?	721
28. Reiteração	724
29. Sentença estrangeira	725
30. A Justiça Eleitoral.....	726
31. Morte do condenado	726
32. A indenização	726
BIBLIOGRAFIA	729